

# MAIS TARDE SERÁ TARDE DEMAIS

Como, a despeito de todos os alertas, níveis extremos de fome não foram evitados

Em 2017, a fome extrema foi a crise humanitária definidora dos nossos tempos, com quatro países à beira de um surto de fome e 30 milhões de pessoas extremamente necessitadas de assistência alimentar para conseguir sobreviver. Um clamor internacional acionou uma reação robusta, embora tardia, que evitou surtos de fome em larga escala nos quatro países.

Em 2020, a pandemia da COVID-19 é a crise global definidora, mas o vírus está gerando um cenário ainda mais grave de fome na sua esteira. As economias dos Estados estão entrando em colapso e milhões de pessoas não têm mais condições de comprar alimentos. Mais pessoas estão passando fome extrema hoje do que em 2017, mas não se vislumbra nenhuma reação equivalente no horizonte.

## ALERTA PRECOCE VERSUS RESPOSTA OPORTUNA

Em julho de 2020, a Oxfam lançou um alerta sobre como a pandemia da COVID-19 “jogou lenha na fogueira em uma crise de fome que já vinha se agravando”<sup>1</sup>. Três meses depois, não se observa nenhum sinal da resposta política e financeira necessária para fazer frente a essa situação e evitar mais uma tragédia .

Em maio de 2017, 30 milhões de pessoas que vivem na região norte da Nigéria, no Sudão do Sul, na Somália e no Iêmen sofreram episódios de fome e de fome extrema quando doadores de ajuda humanitária não disponibilizaram os recursos necessários solicitados em apelos humanitários da ONU em níveis adequados ou em tempo hábil. Naquele momento, a Diretora Executiva da Oxfam, Winnie Byanyima, afirmou o seguinte aos líderes dos países do G7: “Falhas políticas ocasionaram essas crises – falta liderança política para fazer frente a elas... As lideranças mais poderosas do mundo devem agir imediatamente para evitar a ocorrência de uma catástrofe debaixo de seus narizes”<sup>2</sup>.

Alarmes têm soado desde 2016 e, em fevereiro de 2017, quando as Nações Unidas declararam oficialmente a situação de calamidade de fome no Sudão do Sul<sup>3</sup>, ficou claro que a crise era uma realidade. A comunidade global foi criticada<sup>4</sup> pela sua reação muito lenta ao surto de fome de 2011 na Somália<sup>5</sup>, que matou 260.000 pessoas. Quando a ameaça de fome foi identificada no Sudão do Sul, nordeste da Nigéria, Somália e Iêmen, a comunidade internacional passou a emitir alertas em massa, o que acabou evitando a



**OXFAM**

ocorrência de uma catástrofe maior. A comunidade internacional disponibilizou US\$ 4,6 bilhões em assistência humanitária aos quatro países em 2017. Embora essa ajuda tenha contribuído para mitigar a catástrofe substancialmente, esse financiamento correspondeu a apenas 71 por cento dos valores indicados como necessários nos apelos humanitários da ONU para os quatro países<sup>6</sup>.

Hoje, mais uma vez a ameaça de fome e, até mesmo, o espectro de uma situação de calamidade alimentar rondam alguns desses mesmos quatro<sup>7</sup> países, bem como a República Democrática do Congo (RDC), que também enfrentou um surto de ebola, o Afeganistão e Burquina Faso, que estão enfrentando emergências de insegurança alimentar aguda. Essa crise foi gerada pela COVID-19, conflitos violentos, arrefecimento econômico (frequentemente associado aos dois fatores anteriores) e situações de emergência provocadas por desastres naturais, e todos esses fatores dificultam o acesso das pessoas afetadas a assistência ou de agências humanitárias às populações atingidas<sup>8</sup>.

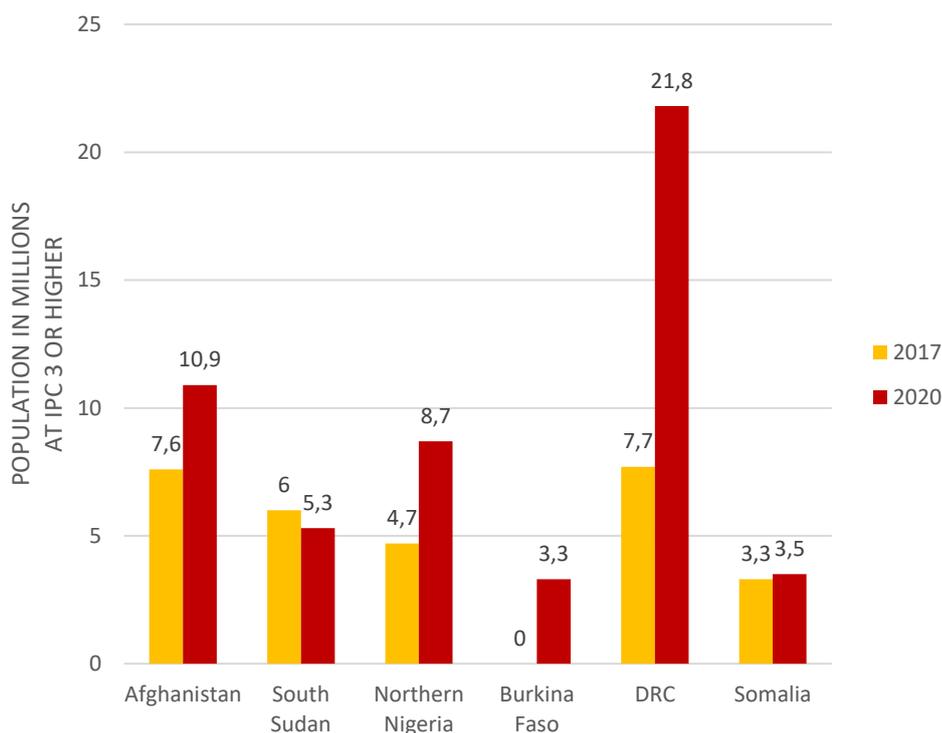
**No entanto, embora os alarmes estejam soando alto novamente,<sup>9</sup> a resposta não está à altura do desafio. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, tem alertado que quatro países estão enfrentando riscos de surtos de fome<sup>10</sup>, mas não tem sido observada nenhuma reação adequada aos seus alertas. Não podemos esperar até que seja tarde demais, não podemos esperar até que crianças sejam incapacitadas pela fome antes de reagirmos. Para salvar vidas, precisamos agir imediatamente.**

**Ao todo, 55,5 milhões de pessoas que vivem nesses países estão enfrentando situações de crise ou emergência alimentar (Fases 3-4 do IPC; consulte o apêndice para obter informações detalhadas sobre essas classificações), com situações localizadas de fome (conhecidas como catástrofes, enquadradas no nível 5 do IPC) afetando 40.000 pessoas no Sudão do Sul e 11.300 em Burquina Faso<sup>11</sup> (veja a Figura 1 e a nota metodológica abaixo).**

No Iêmen, dois milhões de pessoas que vivem na região sul do país estão enfrentando situações enquadradas no nível 3 do IPC (crise) ou mais severas. Não há dados correntes disponíveis para a região norte do país. No entanto, em junho de 2020, o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) estimou a população nacional que se encontra em situação de insegurança alimentar em 20,1 milhões de habitantes<sup>12</sup>.

**Figura 1. População em situação de insegurança alimentar em 2017 versus 2020**

## FOOD INSECURITY 2017 VS 2020



Legendas do gráfico em português:

INSEGURANÇA ALIMENTAR EM 2017 VERSUS 2020

POPULAÇÃO EM MILHÕES DE HABITANTES ENQUADRADA NA FASE 3 DO IPC OU ACIMA

Afganistão      Sudão do Sul      Norte da Nigéria      Burquina Fase      RDC      Somália

Fontes: Gráfico elaborado pela Oxfam com base em dados obtidos em <http://www.ipcinfo.org/ipc-country-analysis/population-tracking-tool/en/>, acessado em 23 e 29 de setembro de 2020; <https://www.oxfam.org/en/press-releases/world-faces-unprecedented-famine-threat-g7-should-pay-and-push-peace> (para os números relativos à Nigéria e ao Iêmen em 2017); [https://www.fsinfo.org/sites/default/files/resources/files/GlobalNetwork\\_Technical\\_Note\\_Covid\\_19\\_Food\\_Crisis\\_Sept\\_2020.pdf](https://www.fsinfo.org/sites/default/files/resources/files/GlobalNetwork_Technical_Note_Covid_19_Food_Crisis_Sept_2020.pdf) (Burquina Faso, região norte da Nigéria e Somália, 2020); <https://www.acaps.org/country/Burquina-faso/crisis/conflict> (Burquina Faso, 2020); [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/BF\\_OL\\_2017\\_Fev-Sept%20version%20finale\\_0.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/BF_OL_2017_Fev-Sept%20version%20finale_0.pdf) (Burquina Faso, 2017).

### Nota metodológica

Quando discutimos a questão das pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar aguda nos sete países destacados nesta nota, nos referimos à população enquadrada na Fase 3 ou superior na Escala de Insegurança Alimentar Aguda do Projeto de Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar (IPC, na sigla em inglês) (consulte o Anexo para obter informações adicionais sobre essa escala). O IPC é uma parceria de ONGs internacionais (entre as quais a Oxfam), agências das Nações Unidas e órgãos intergovernamentais.

- Nossa análise baseia-se nos números de pico de 2020 de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda após o início da pandemia do novo coronavírus, como relatados no site do IPC<sup>13</sup>, bem como em estimativas da prevalência de insegurança alimentar aguda. Complementamos esses números com dados da Rede Global contra Crises Alimentares, uma parceria<sup>14</sup> estabelecida pela União Europeia, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Nossa análise do número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda em 2017 também está baseada nos dados do IPC<sup>15</sup>.

- É importante observar que os domicílios constituem a unidade de análise nas pesquisas do IPC, que não apresentam dados desagregados por sexo. No entanto, é de conhecimento geral que, em muitos casos, crises geram colapso econômico e acarretam um ônus maior para o trabalho de mulheres e crianças, especialmente para o trabalho doméstico não remunerado. Geralmente, as mulheres possuem menos bens e sua renda é mais baixa que a dos homens. Quando crises reduzem as oportunidades econômicas, as mulheres ficam em uma posição extremamente vulnerável e mais expostas ao risco da insegurança alimentar<sup>16</sup>.
- Para estimar as lacunas em termos de financiamento (consulte a próxima seção e a Tabela 1) na resposta aos apelos humanitários da ONU, usamos dados do Serviço de Rastreamento Financeiro do OCHA<sup>17</sup>. Essa é a fonte mais abrangente de dados sobre o financiamento da ajuda humanitária, atualizada diariamente, de modo que estamos usando os dados divulgados por essa fonte em 30 de setembro de 2020.

## A LACUNA EM TERMOS DE FINANCIAMENTO

Mais uma vez, como os países ricos do mundo não disponibilizaram os recursos necessários, a resposta aos apelos humanitários da ONU foi escandalosamente inadequada. No final de setembro de 2020, os doadores haviam disponibilizado apenas 28% (US\$ 2,85 bilhões) dos US\$ 10,19 bilhões solicitados no Plano de Resposta Humanitária Global da ONU para a COVID-19. Discriminado por setor, esse percentual cai para 10,6% (US\$ 254,4 milhões efetivamente disponibilizados contra US\$ 2,4 bilhões solicitados) para a área da segurança alimentar e para insignificantes 3,2% (US\$ 7,9 milhões disponibilizados contra US\$ 247,8 milhões solicitados) para garantir a segurança nutricional<sup>18</sup>. Os recursos disponibilizados em resposta aos apelos da ONU para combater a violência de gênero (58%, US\$ 29,3 milhões efetivamente disponibilizados contra US\$ 50,6 milhões solicitados), proteção (27%, US\$ 90,8 milhões disponibilizados contra US\$ 336,7 milhões solicitados), saúde (26,6%, US\$ 637,7 milhões disponibilizados contra US\$ 2,4 bilhões solicitados) e abastecimento de água, saneamento e higiene (WASH) (17,2%, US\$ 144 milhões disponibilizados contra US\$ 837,5 milhões solicitados) permitiram resultados um pouco melhores, mas esses setores também estão sendo afetados por grandes lacunas em termos de financiamento.

Considerando a situação dos países que apresentam níveis elevados de insegurança alimentar aguda, incluindo os que estão em risco de enfrentarem surtos de fome extrema se a sua situação agravar, a Tabela 1 mostra que os doadores disponibilizaram, **na média, menos de um terço (32,1%)** dos recursos necessários para o combate ao coronavírus e apenas 40% da assistência humanitária necessária não relacionada à COVID. Exceto no Afeganistão, os doadores não disponibilizaram nem mesmo 40% do financiamento relacionado à COVID, solicitado para garantir a segurança alimentar e esse percentual cai para menos de 6% na República Democrática do Congo e na Somália (não houve nenhum apelo por recursos para garantir a segurança alimentar no contexto da COVID para o Iêmen). O valor também ficou abaixo de 50% para ajuda não relacionada à COVID, solicitada para garantir a segurança alimentar nesses países, exceto na Somália. **A resposta dos doadores aos apelos por assistência nutricional no contexto da COVID foi de 0% para cinco dos países** e de menos de 10% para o Afeganistão e o Sudão do Sul. As baixas taxas de resposta (abaixo de 45% para todos os sete países) aos apelos por assistência médica relacionada à COVID chamam atenção. Embora o setor de abastecimento de água, saneamento e higiene (WASH)

tenha atraído cerca de metade dos recursos necessários para fazer frente à COVID na Nigéria, os níveis de financiamento são muito baixos em todos os outros países, tanto para assistência no contexto da COVID quanto para a não relacionada à pandemia.

Entre janeiro e setembro de 2020, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda praticamente triplicou em Burquina Faso, aumentando de 1,2 para 3,3 milhões. No mesmo período, os recursos necessários para financiar ações de resposta humanitária aumentaram 44%, de US\$ 295 milhões para US\$ 424,4 milhões<sup>19</sup>. O país enfrenta uma situação de grave insegurança, inundações severas e um número significativo de casos de COVID-19<sup>20</sup>.

Respostas a crises alimentares recorrentes são extremamente caras e exigem níveis altíssimos de financiamento ano após ano, principalmente porque o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aguda e crônica continua a aumentar. Investimentos em meios de vida e sistemas alimentares locais são cruciais e apoiarão a resiliência e soluções mais sustentáveis, especialmente quando combinados com redes de segurança social que ajudam a mitigar os efeitos chocantes. Em termos mais gerais, é essencial que os doadores, bem como outros atores envolvidos em ações de ajuda humanitária, respondam com base em uma abordagem Nexus, reconhecendo que não há soluções humanitárias para crises sociopolíticas complexas e propondo programas conjuntos de respostas emergenciais de curto prazo, que prevejam processos de mudança social de prazo mais longo que possam contribuir para a construção de sistemas locais e nacionais aprimorados, mais resilientes e sustentáveis, capazes não apenas de sobreviver, mas também de prosperar.

**Tabela 1. Lacunas no financiamento da ajuda humanitária<sup>21</sup>**

País	% do total de recursos disponibilizados em relação aos solicitados nos apelos da ONU	% dos recursos disponibilizados para segurança alimentar em relação aos solicitados nos apelos da ONU	% dos recursos disponibilizados para nutrição em relação aos solicitados nos apelos da ONU	% dos recursos disponibilizados para saúde em relação aos solicitados nos apelos da ONU	% dos recursos disponibilizados para abastecimento d'água, saneamento e higiene (WASH) em relação aos solicitados nos apelos da ONU
Afganistão	Não relacionados à COVID: 33,2% (US\$ 244 milhões de US\$ 735,4 milhões)	Não relacionados à COVID: 20,4% (US\$ 63,2 milhões de US\$ 309,6 milhões)	Não relacionados à COVID: 28,8% (US\$ 20,9 milhões)	Não relacionados à COVID: 14,0% (US\$ 8,9 milhões)	Não relacionados à COVID: 11,4% (US\$ 9,7 milhões)
	Relacionados à COVID: 31,8% (US\$ 125,8 milhões de US\$ 395,7 milhões)	Relacionados à COVID: 60,9% (US\$ 37 milhões de US\$ 60,7 milhões)	Relacionados à COVID: 9,3% (US\$ 3,9 milhões)	Relacionados à COVID: 13,4% (US\$ 14,5 milhões)	Relacionados à COVID: 13,3% (US\$ 9 milhões)
Somália	Não relacionados à COVID: 65,8% (US\$ 516 milhões de US\$ 784,3 milhões)	Não relacionados à COVID: 73,9% (US\$ 208 milhões de US\$ 281,3 milhões)	Não relacionados à COVID: 45,1% (US\$ 63,2 milhões de US\$ 140,1 milhões)	Não relacionados à COVID: 23,2% (US\$ 12,9 milhões de US\$ 55,7 milhões)	Não relacionados à COVID: 34,1% (US\$ 26,9 milhões de US\$ 78,9 milhões)

	Relacionados à COVID: 30,2% (US\$ 68,1 milhões de US\$ 225,6 milhões)	Relacionados à COVID: 5,4% (US\$ 3,5% milhões de US\$ 64,1 milhões)	Relacionados à COVID: 0% (de US\$ 1,8 milhão)	Relacionados à COVID: 37,7% (US\$ 18% milhões de US\$ 47,6 milhões)	Relacionados à COVID: 2,1% (US\$ 0,7% milhão de US\$ 32,3 milhões)
Burquina Faso	Não relacionados à COVID: 35,5% (US\$ 113,1 milhões de US\$ 318,4 milhões)	Não relacionados à COVID: 36,0% (US\$ 45 milhões de US\$ 125,1 milhões)	Não relacionados à COVID: 23,2% (US\$ 6,1 milhões de US\$ 26,1 milhões)	Não relacionados à COVID: 27,9% (US\$ 6,6 milhões de US\$ 23,6 milhões)	Não relacionados à COVID: 12,6% (US\$ 5,4 milhões de US\$ 42,7 milhões)
	Relacionados à COVID: 43,4% (US\$ 45,9 milhões de US\$ 105,9 milhões)	Relacionados à COVID: 30,7% (US\$ 16,2 milhões de US\$ 52,8 milhões)	Relacionados à COVID: 0% (de US\$ 2 milhões)	Relacionados à COVID: 43,2% (US\$ 7,4 milhões de US\$ 17,1 milhões)	Relacionados à COVID: 3,9% (US\$ 0,7 milhão de US\$ 17,1 milhões)
República Democrática do Congo	Não relacionados à COVID: US\$ 21.1 milhões of US\$ 379.4b)	Não relacionados à COVID: 17,2% (US\$ 137,8 milhões de US\$ 802,4 milhões)	Não relacionados à COVID: 18,8% (US\$ 37,8 milhões de US\$ 200,8 milhões)	Não relacionados à COVID: 3,4% (US\$ 5,8 milhões de US\$ 169,6 milhões)	Não relacionados à COVID: 4,0% (US\$ 6,9 milhões de US\$ 174,6 milhões)
	Relacionados à COVID: 32,6% (US\$ 89,4 milhões de US\$ 274,5 milhões)	Relacionados à COVID: 5,0% (US\$ 4,3 milhões de US\$ 85,6 milhões)	Relacionados à COVID: 0% (de US\$ 17,4 milhões)	Relacionados à COVID: 33,6% (US\$ 21 milhões de US\$ 62,5 milhões)	Relacionados à COVID: 20,3% (US\$ 5,5 milhões de US\$ 27 milhões)
Região norte da Nigéria	Não relacionados à COVID: 43,4% (US\$ 363,3 milhões de US\$ 838 milhões)	Não relacionados à COVID: 34,8% (US\$ 73,8 milhões de US\$ 212,2 milhões)	Não relacionados à COVID: 2,1% (US\$ 2 milhões de US\$ 93,4 milhões)	Não relacionados à COVID: 8,0% (US\$ 6,9 milhões de US\$ 86,2 milhões)	Não relacionados à COVID: 2,7% (US\$ 2,3 milhões de US\$ 86,5 milhões)
	Relacionados à COVID: 24,7% (US\$ 59,9 milhões de US\$ 242,4 milhões)	Relacionados à COVID: 13,7% (US\$ 14 milhões de US\$ 102,5 milhões)	Relacionados à COVID: 0% (de US\$ 10 milhões)	Relacionados à COVID: 14,7% (US\$ 7,9 milhões de US\$ 53,8 milhões)	Relacionados à COVID: 51,9% (US\$ 9,2 milhões de US\$ 17,7 milhões)
Sudão do Sul	Não relacionados à COVID: 40,8% (US\$ 619,1 milhões de US\$ 1,52 bilhão)	Não relacionados à COVID: 44,0% (US\$ 282,6 milhões de US\$ 642,4 milhões)	Não relacionados à COVID: 42,4% (US\$ 94,7 milhões de US\$ 223,4 milhões)	Não relacionados à COVID: 10,5% (US\$ 12,9 milhões de US\$ 122,6 milhões)	Não relacionados à COVID: 11,1% (US\$ 14 milhões de US\$ 126,8 milhões)
	Relacionados à COVID: 22,2% (US\$ 85 milhões de US\$ 383 milhões)	RELACIONADOS À COVID: 10,3% (US\$ 18 milhões de US\$ 174,7 milhões)	Relacionados à COVID: 8,6% (US\$ 0,5 milhão de US\$ 6,2 milhões)	Relacionados à COVID: 20,2% (US\$ 18,5 milhões de US\$ 91,4 milhões)	Relacionados à COVID: 20,7% (US\$ 9 milhões de US\$ 43,4 milhões)
Iêmen	Não relacionados à COVID: 39,3% (nenhum dado disponível para a alocação setorial) (US\$ 1,18 bilhão de US\$ 3 bilhões solicitados)				
	Relacionados à COVID: 38,0% (US\$ 146,6 milhões de US\$ 385,7 milhões solicitados)	N/D	Relacionados à COVID: 0% (US\$ 9,6 milhões solicitados)	Relacionados à COVID: 23,0% (US\$ 70 milhões de US\$ 304,6 milhões solicitados)	Relacionados à COVID: 12,6% (US\$ 3,5 milhões de US\$ 28,2 milhões solicitados)

Fonte: Serviço de Rastreamento Financeiro do OCHA, dados de 30 de setembro de 2020.

## O IMPACTO ECONÔMICO DA FOME

Mesmo episódios de fome de curto prazo podem ter impactos devastadores de longo prazo em um país e restringir seu progresso econômico por gerações<sup>22</sup>. Pessoas afetadas pela fome crônica e pela desnutrição sofrem suas consequências vitalícias desde a sua infância, como doenças mais frequentes, baixo desempenho escolar, repetições de ano na escola ou abandono total dos estudos, baixa produtividade no trabalho e renda mais baixa ao longo da vida. Elas são estatisticamente mais propensas a viver em situação de pobreza por toda a vida<sup>23</sup>.

A desnutrição infantil tem um custo: mais necessidade de cuidados de saúde, ônus adicionais para o sistema educacional e uma produtividade mais baixa da força de trabalho de um país no futuro. Conseqüentemente, volumosos recursos financeiros são perdidos a cada ano em decorrência de episódios anteriores de fome<sup>24</sup>. Sabemos, com base em experiências anteriores, que se conseguirmos garantir a segurança alimentar em países de baixa renda podemos duplicar seu crescimento econômico, mas sabemos também que as consequências econômicas de não garantirmos a disponibilidade de alimentos em quantidades suficientes são terríveis. A ameaça da fome tem um enorme efeito multiplicador sobre a crise econômica que o mundo está enfrentando devido à pandemia da COVID-19.

A pandemia atual cria um ciclo vicioso que afeta mais intensamente a segurança alimentar das pessoas mais pobres do mundo que a de pessoas em melhores condições financeiras ou que vivem em países mais ricos: pessoas de baixa renda dependem do trabalho no setor informal, do trabalho por dia ou de remessas do exterior<sup>25</sup>. Elas gastam uma parcela maior da sua renda com alimentos e a probabilidade de terem acesso a redes de segurança formais, como programas de merenda escolar, que são importantes para a nutrição dos seus filhos, é menor em um cenário de escolas fechadas devido à pandemia. Como observado acima, as mulheres são particularmente suscetíveis à insegurança alimentar induzida por crises<sup>26</sup>.

Em julho de 2020, a Oxfam já alertava formuladores de políticas e o público que "entre 6.000 e 12.000 pessoas poderiam morrer de fome por dia antes do final do ano em decorrência dos impactos sociais e econômicos da pandemia"<sup>27</sup>.

O impacto econômico de longo prazo da fome é terrível, mas o resultado é que a intervenção precoce para prevenir a fome é, em termos econômicos, um dos meios mais eficientes de ajudar um país a se desenvolver. Com ajuda suficiente, podemos tomar medidas imediatas para romper o ciclo da pobreza e da fome, prevenir a baixa estatura infantil e trazer esperança no futuro para esses países. Além de salvar vidas, a ação precoce também evita décadas de danos. Se os governos estiverem levando a sério a necessidade de mitigar o impacto econômico da pandemia, eles devem investir agora para impedir que grandes segmentos de suas populações caiam em uma situação de fome extrema.

## FERRAMENTAS DE ALERTA PRECOCE ESTÃO DISPONÍVEIS

Os casos em que alertas precoces não se traduziram em ações precoces não se limitam ao da Somália em 2011. Antes da Cúpula Humanitária Mundial de 2016, a comunidade internacional assumiu o compromisso de "fechar a lacuna do financiamento da ajuda

humanitária"<sup>28</sup>, enfatizando a importância crucial de deslocar o foco da resposta para a prevenção e mitigação e de recalibrar as modalidades de financiamento de acordo com essa mudança de foco. Da mesma maneira, a rede START tem foco no desenvolvimento de novos instrumentos de financiamento, que permitam aos agentes humanitários se mobilizarem em bases colaborativas e previsíveis para gerir riscos, em vez de apenas reagir a crises<sup>29</sup>. Novos compromissos em relação a mecanismos de alerta precoce<sup>30</sup>, a financiamentos antecipados diante da possibilidade de crises e ações precoces foram assumidos por atores internacionais, entre os quais o Banco Mundial, as Nações Unidas, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e outras organizações globais. Esses compromissos incluíram o de desenvolver o Mecanismo de Ação contra a Fome (FAM, na sigla em inglês) – o primeiro mecanismo global dedicado a apoiar intervenções em maior escala de prevenção, preparação e ação precoce diante de possíveis episódios de fome<sup>31</sup> –, mas, em grande parte, ele não se concretizou na prática e continua a ser uma proposta principalmente conceitual.

Embora pareça tecnicamente sensato que investir em sistemas de alerta precoce, com base no pressuposto de que melhorias na precisão e confiabilidade de informações de alerta precoce possibilitarão ações precoces, ainda persistem grandes atrasos, como demonstrado pela crise atual. Em última análise, uma resposta eficaz depende de decisão política em priorizar a prevenção e a liberação antecipada de recursos<sup>32</sup>.

## AÇÕES POLÍTICAS SÃO URGENTEMENTE NECESSÁRIAS

A natureza política das crises – como um sistema alimentar pode aprisionar "milhões de pessoas em situações de fome em um planeta que produz alimentos em quantidade mais do que suficiente para todos"<sup>33</sup> – ou as desavenças políticas que constituem o cerne de conflitos são bem conhecidas.

A Resolução 2.417 do Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>34</sup>, adotada em 24 de maio de 2018, reconheceu oficialmente a relação entre conflitos e a fome e definiu a insegurança alimentar – incluindo a fome extrema induzida por conflitos – como uma ameaça à paz e segurança internacionais. Embora os conflitos não sejam a única causa da fome, a preocupante situação observada neste momento no Iêmen, República Democrática do Congo, Afeganistão, Sudão do Sul e Burquina Faso, por exemplo, revela claramente essa relação.

Muitos dos contextos que ilustram as tendências entrecruzadas da insegurança alimentar, violações de normas internacionais, falta de acesso a assistência médica e a COVID-19 não são apenas centros irradiadores da pobreza; eles também têm o potencial de gerar muita instabilidade política em um determinado país, dando margem a possíveis desafios em termos de segurança. No entanto, a fome e a insegurança alimentar não são resultados inevitáveis dessas tendências; na verdade, elas refletem decisões políticas tomadas por Estados e atores não estatais.

**Os mais de 55 milhões de pessoas que estão prestes a passar fome atualmente precisam urgentemente de apoio financeiro e acesso desimpedido a assistência humanitária. Mais incisivamente, elas precisam contar com uma vontade política muito maior de investir na paz e solucionar os conflitos atuais.** Estamos, mais uma vez, enfrentando uma grave crise humanitária; no entanto, essa ajuda, por si só, não será suficiente para aplacá-la: há uma necessidade urgente de 1) responder aos alertas e financiar adequadamente a resposta, além de 2) apoiar o apelo do Secretário-Geral das

Nações Unidas por um cessar-fogo global e implementar sua subsequente resolução 2.532<sup>35</sup> (2020), exigindo a cessação das hostilidades e o engajamento em medidas capazes de garantir uma paz inclusiva e duradoura. Por último, é essencial apoiar e investir em sistemas de proteção social que ofereçam apoio de longo prazo para pessoas com necessidades crônicas e que possam ser ampliados em resposta a crises.

Decisores, Estados e partes em conflito devem agir com firmeza no sentido de implementar as resoluções 2.417 (2018) e 2.532 (2020) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A oportunidade de apaziguar partes beligerantes e multilateralistas relutantes ao redor do mundo ainda não está perdida. Chegou a hora de agir efetivamente para evitar a morte de milhões de pessoas.

## RECOMENDAÇÕES

Como se viu em 2017, a falta de uma resposta adequada por parte dos doadores diante dos primeiros sinais de uma emergência de segurança alimentar está piorando a situação catastróficamente. Como fez há três anos e novamente há três meses, quando publicou seu relatório “O Vírus da Fome”, a Oxfam está alerta e chamando atenção para a necessidade a ação humanitária e política imediata.

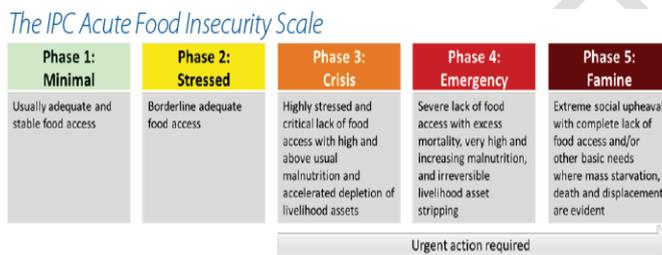
Ela está apelando aos atores relevantes no sentido de que:

- Disponibilizem níveis adequados de financiamento para assistência alimentar (em dinheiro ou em espécie, conforme seja mais adequado de acordo com o contexto) e mecanismos de apoio para salvar vidas agora, antes que mais pessoas se vejam em situações de insegurança alimentar severa ou de fome extrema;
- Rompam os vínculos entre conflitos e a fome e endossem a Resolução 2.417 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, permitindo acesso irrestrito a ajuda humanitária para que as pessoas possam se deslocar com segurança até onde possam obtê-la – e que as agências humanitárias possam chegar até os locais onde elas se encontram –, garantindo a proteção de civis em todas as ações militares;
- Invistam em sistemas alimentares justos e resilientes em termos de gênero: os governos devem assumir o compromisso de agendar uma reunião de alto nível do Comitê das Nações Unidas sobre Segurança Alimentar Mundial para coordenar medidas no sentido de que sistemas alimentares mais justos, mais equitativos em termos de gênero, mais resilientes e mais sustentáveis desempenhem um papel central nos esforços de recuperação pós-pandemia;
- Aumentem seus investimentos na produção de alimentos em pequena escala e agroecológica, tomem medidas para garantir que os produtores desses alimentos tenham uma renda que lhes permita sobreviver adequadamente, estabelecendo preços mínimos para o produtor e outros mecanismos de apoio, garantindo que os trabalhadores ganhem um salário de sobrevivência;
- Comprometam-se a responder, mais rapidamente, a sinais de alerta de crises futuras antes que elas se avolumem, disponibilizando, por exemplo, financiamentos antecipados;
- Desenvolvam a capacidade das pessoas de fazer frente a crises no futuro, mais adequadamente. Mesmo sem conflitos, esses países continuarão vulneráveis a crises alimentares futuras – inclusive às decorrentes das mudanças

climáticas. Sendo assim, é essencial investir na recuperação de meios de vida, na promoção da resiliência e em atividades de redução do risco de desastres;

- Apoiem sistemas de proteção social robustos e inclusivos como um requisito fundamental para garantir a segurança alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar crônica e que possam ser ampliados em crises futuras. Sistemas de proteção social podem garantir apoio a mulheres em respostas que, sem eles, seriam insensíveis ao gênero;
- Coletem dados desagregados por sexo sobre necessidades de ajuda humanitária para melhor satisfazer as diferentes necessidades de mulheres, homens, meninas e meninos. Também são necessárias medidas para eliminar a discriminação contra mulheres produtoras de alimentos em questões como as do acesso à terra, informação, crédito e tecnologia.

## ANEXO: O PROJETO DE QUADRO INTEGRADO DE CLASSIFICAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR



Legendas da tabela em português:

A Escala de Insegurança Alimentar Aguda do IPC

Fase 1: Mínima

Acesso usualmente adequado e estável a alimentos

Fase 2: Estresse

Acesso adequado a alimentos no limite

Fase 3: Crise

Alto estresse e falta crítica de acesso a alimentos com níveis de desnutrição elevados e acima dos usuais e deterioração acelerada de ativos de meios de vida

Fase 4: Emergência

Falta severa de acesso a alimentos, com mortalidade excessiva, níveis de desnutrição muito elevados e em alta e deterioração irreversível de ativos de meios de vida

Fase 5: Fome

Convulsão social extrema com absoluta falta de acesso a alimentos e/ou outras necessidades básicas não satisfeitas, com claras evidências de fome em massa, mortes e deslocamentos

Medidas urgentes são necessárias

O Projeto de Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar (IPC) é uma iniciativa concebida para melhorar a segurança alimentar, a análise nutricional e a tomada de decisões nessas áreas. Governos, agências das Nações Unidas, organizações não governamentais, grupos da sociedade civil e outros atores relevantes usam a classificação e a abordagem analítica do IPC para mensurar a gravidade e a magnitude da insegurança alimentar aguda e crônica e de situações de desnutrição aguda em um país. O IPC adota padrões científicos reconhecidos internacionalmente. O objetivo do IPC é disponibilizar para decisores uma análise rigorosa, baseada em evidências e consensual sobre a insegurança alimentar e a desnutrição aguda para subsidiar respostas de emergência e políticas e programas de médio e longo prazo. A Oxfam é uma das parceiras engajadas no IPC.

Os requisitos, em termos de evidências para as fases 1 a 4 do IPC, são os mesmos adotados na classificação e estimativa de populações: são necessárias evidências para, pelo menos, dois indicadores de consumo de alimentos ou mudanças em meios de vida que reflitam condições correntes. Além disso, pelo menos quatro evidências atualizadas sobre fatores contribuintes, como produção agrícola, preços de mercado ou choques, precisam estar disponíveis. Essas evidências precisam ser pelo menos "razoavelmente confiáveis", ou seja, a despeito da representatividade limitada dos dados, é necessário que a sua coleta tenha sido realizada de acordo com os padrões internacionais ou antes da estação (agrícola) corrente.

Para as classificações de Fase 5 do IPC (fome extrema), os requisitos são mais rigorosos. São necessárias evidências confiáveis para, pelo menos, dois dos três resultados relativos ao estado nutricional, à mortalidade ou ao consumo de alimentos e mudanças em meios de vida. No entanto, em situações típicas de fome extrema, não é possível realizar pesquisas de boa qualidade e alta representatividade devido à volatilidade da situação e ao acesso muitas vezes problemático a ajuda humanitária.

Por essa razão, o IPC também permite a classificação de uma situação de Provável Fome Extrema com base em evidências razoavelmente confiáveis para os mesmos resultados. Para qualquer classificação de Fome Extrema, é necessário que todas as evidências disponíveis estejam nos limiares de Fome Extrema ou acima deles e indiquem uma mortalidade generalizada e níveis de desnutrição aguda, bem como privação de alimentos em larga escala.

Fonte: IPC, Understanding the IPC: Q&A,  
[http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user\\_upload/ipcinfo/docs/IPC\\_Q\\_A.pdf](http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Q_A.pdf).

# NOTAS

- <sup>1</sup> <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621023/mb-the-hunger-virus-090720-en.pdf;jsessionid=9DE36A57852F50B8680C6A1D1C9D2DD4?sequence=1>
- <sup>2</sup> <https://www.oxfam.org/en/press-releases/world-faces-unprecedented-famine-threat-q7-should-pay-and-push-peace>
- <sup>3</sup> <https://news.un.org/en/story/2017/02/551812-famine-declared-region-south-sudan-un#.WZXyX1WGOM8>
- <sup>4</sup> <https://www.bbc.co.uk/news/world-africa-22380352>
- <sup>5</sup> <https://www.oxfam.org/en/research/dangerous-delay>
- <sup>6</sup> Rede de Informações de Segurança Alimentar, *Global Report on Food Crises 2018*, Roma, FSIN, [https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000069227/download/?\\_ga=2.70077783.696744930.1601914700-1881597763.1596803250](https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000069227/download/?_ga=2.70077783.696744930.1601914700-1881597763.1596803250)
- <sup>7</sup> Os quatro países em 2017 eram os seguintes: Sudão do Sul, Nigéria, Iêmen e Somália. Hoje, a maior parte da população em situação de insegurança alimentar na Somália está no nível IPC 3 (situação de crise).
- <sup>8</sup> <https://apnews.com/article/265e32c878846616c37936c927348d11>
- <sup>9</sup> <https://www.oxfam.org/en/research/hunger-virus-how-covid-19-fuelling-hunger-hungry-world#:~:text=Learn%20more&text=COVID%2D19%20is%20deepening%20the,die%20from%20the%20disease%20itself;https://www.wfp.org/news/wfp-chief-warns-hunger-pandemic-covid-19-spreads-statement-un-security-council>
- <sup>10</sup> <https://apnews.com/265e32c878846616c37936c927348d11>
- <sup>11</sup> Veja <https://www.acaps.org/country/Burquina-faso/crisis/conflict>
- <sup>12</sup> [https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Extension%20Yemen%20HRP%202020\\_Final%20%281%29.pdf](https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Extension%20Yemen%20HRP%202020_Final%20%281%29.pdf)
- <sup>13</sup> [www.ipcinfo.org](http://www.ipcinfo.org)
- <sup>14</sup> [www.fightfoodcrises.net](http://www.fightfoodcrises.net)
- <sup>15</sup> Veja <https://policy-practice.oxfam.org.uk/publications/on-the-brink-as-famine-looms-world-leaders-must-pay-up-and-deliver-political-620268>
- <sup>16</sup> Veja, por exemplo, FAO, Vender, Food Security and Nutrition in Protracted Crises, 2016, <http://www.fao.org/3/a-i6630e.pdf>; veja também FAO et al., The State of Food Security and Nutrition in the World (relatório anual sobre o estado da segurança alimentar e nutricional no mundo), Roma, 2020, <http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#>
- <sup>17</sup> <https://fts.unocha.org/>
- <sup>18</sup> O Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas define a segurança alimentar como uma condição na qual "todas as pessoas, a todo momento, têm acesso físico e econômico a uma quantidade suficiente de alimentos seguros e nutritivos que satisfaçam suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável". Veja <https://www.ifpri.org/topic/food-security>. Em contraste, a segurança nutricional é definida como uma condição na qual "além de terem acesso a uma dieta saudável e balanceada, as pessoas também têm acesso a práticas de cuidado adequadas e a um ambiente seguro e limpo que lhes permita permanecer saudáveis e usar eficazmente os alimentos que consomem". Veja [https://www.nutri-facts.org/content/dam/nutrifacts/media/media-books/RTGN\\_chapter\\_02.pdf](https://www.nutri-facts.org/content/dam/nutrifacts/media/media-books/RTGN_chapter_02.pdf), págs. 26-27.
- <sup>19</sup> <https://fts.unocha.org/countries/36/summary/2020>; <https://reliefweb.int/report/burkina-faso/burkina-faso-plan-de-r-ponse-humanitaire-2020-sommaire-ex-cutif-janvier-2020>
- <sup>20</sup> <https://reliefweb.int/report/burkina-faso/burkina-faso-grip-triple-crisis-armed-conflict-covid-19-and-floods>
- <sup>21</sup> Os números apresentados nesta tabela refletem os dados divulgados pelo Serviço de Rastreamento Financeiro (FTS) do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) em 30 de setembro de 2020. Os dados divulgados pelo FTS são atualizados diariamente.
- <sup>22</sup> Veja John Hoddinott e Bill Kinsey, Child Growth in the Time of Drought, Boletim de Economia e Estatística da Universidade de Oxford 6(4): Setembro de 2001, 409-436.
- <sup>23</sup> John Hoddinott et al., Adult consequences of growth failure in early childhood, Am J Clin Nutr. Novembro de 2013; 98(5): 1170–1178.
- <sup>24</sup> Banco Mundial, Repositioning nutrition as central to development, Washington, 2006.
- <sup>25</sup> <https://www.oxfam.org/en/press-releases/remittances-yemen-plummet-needs-surge-amid-war-and-coronavirus>
- <sup>26</sup> FAO, Gender, Food Security and Nutrition in Protracted Crises, 2016, <http://www.fao.org/3/a-i6630e.pdf>; FAO et al., The State of Food Security and Nutrition in the World (relatório anual sobre o estado da segurança alimentar e nutricional no mundo), Roma, 2020, <http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#>
- <sup>27</sup> <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621023/mb-the-hunger-virus-090720-en.pdf;jsessionid=9DE36A57852F50B8680C6A1D1C9D2DD4?sequence=1>
- <sup>28</sup> <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/%5BHLR%20Report%5D%20Too%20important%20to%20fail%E2%80%94addressing%20the%20humanitarian%20financing%20gap.pdf>
- <sup>29</sup> <https://startnetwork.org/anticipation-and-risk-financing>
- <sup>30</sup> <https://www.theguardian.com/global-development/2020/aug/11/covid-to-displace-more-than-a-million-across-the-sahel-new-tool-predicts>

<sup>31</sup> <https://www.worldbank.org/en/programs/famine-early-action-mechanism>

<sup>32</sup>

[https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Energy%2C%20Environment%20and%20Development/0712pr\\_bail\\_ey.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Energy%2C%20Environment%20and%20Development/0712pr_bail_ey.pdf)

<sup>33</sup> <https://oxfamilibrary.openrepository.com/bitstream/handle/10546/621023/mb-the-hunger-virus-090720-en.pdf;jsessionid=9DE36A57852F50B8680C6A1D1C9D2DD4?sequence=1>

<sup>34</sup> <http://unscr.com/en/resolutions/doc/2417>

<sup>35</sup> <http://www.unscr.com/en/resolutions/doc/2532>

CONFIDENTIAL

© Oxfam Internacional, outubro de 2020

Este documento foi redigido por Pauline Chetcuti, Marc Cohen, Emily Farr e Mathew Truscott. A Oxfam agradece a Agne Baltaduonyte, Hélène Botreau, Rosario Castro, Hannah Cooper, Anna Coryndon, Mamata Dash, Matt Grainger, Shivani Mishra, Larissa Pelham e Alexandra Shearn pela assistência prestada na sua elaboração. Ele faz parte de uma série de documentos produzidos para subsidiar debates públicos sobre questões relacionadas a políticas de desenvolvimento e humanitárias.

Para obter mais informações sobre as questões abordadas neste documento, favor enviar um e-mail para [advocacy@oxfaminternational.org](mailto:advocacy@oxfaminternational.org)

## OXFAM

A Oxfam é uma confederação internacional de 20 organizações que trabalham em rede em mais de 90 países como parte de um movimento global em prol de mudanças necessárias e no intuito de construir um futuro livre da injustiça da pobreza. Favor entrar em contato com qualquer dessas organizações para obter informações adicionais ou visite o site [www.oxfam.org](http://www.oxfam.org).

